

Quadro comparativo das Emendas da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015 (PLS nº 100, de 2010 / PL nº 1.404, de 2011 na Câmara dos Deputados)

1

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Emendas da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015 (PL nº 1.404, de 2011, na Câmara dos Deputados)
	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente.	Emenda nº 3 Substitua-se, onde houver no Projeto, inclusive na ementa, a expressão “liberdade sexual” por “ dignidade sexual ”.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	Art. 1º O Capítulo III do Título VI da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescido da seguinte Seção V-A:	
	“TÍTULO VI DO ACESSO À JUSTIÇA	
	CAPÍTULO III DOS PROCEDIMENTOS	
Seção V Da Apuração de Ato Infracional Atribuído a Adolescente		
Art. 190. A intimação da sentença que aplicar medida de internação ou regime de semi-liberdade será feita:		
	Seção V-A Da infiltração de agentes para a investigação de crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente	Emenda nº 3 Substitua-se, onde houver no Projeto, inclusive na ementa, a expressão “liberdade sexual” por “ dignidade sexual ”.
	Art. 190-A. A infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos	



Quadro comparativo das Emendas da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015 (PLS nº 100, de 2010 / PL nº 1.404, de 2011 na Câmara dos Deputados)

2

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Emendas da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015 (PL nº 1.404, de 2011, na Câmara dos Deputados)
	nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 217-A , 218 , 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) será precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites do referido meio de obtenção de prova, ouvido o Ministério Público.	
	§ 1º À infiltração, que não será admitida se a prova puder ser obtida por outros meios, aplicam-se as seguintes regras:	
	I – dar-se-á mediante requerimento do Ministério Público ou representação do delegado de polícia e conterà a demonstração de sua necessidade, o alcance das tarefas dos policiais e os nomes ou apelidos das pessoas investigadas, bem como, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a sua identificação;	
	II – não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias e seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da autoridade judicial.	
		Emenda nº 4 Acrescente-se o inciso III ao § 1º do art. 190-A, acrescido à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo art. 1º do Projeto, com a seguinte redação: “Art. 190-A. § 1º
		III – as informações coletadas somente poderão ser



Quadro comparativo das Emendas da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015 (PLS nº 100, de 2010 / PL nº 1.404, de 2011 na Câmara dos Deputados)

3

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Emendas da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015 (PL nº 1.404, de 2011, na Câmara dos Deputados)
		utilizadas como elemento probatório das condutas previstas neste artigo.”
	§ 2º A autoridade judicial e o Ministério Público poderão requisitar relatórios parciais da operação de infiltração antes da conclusão do prazo de que trata o inciso II do § 1º deste artigo.	
	§ 3º Para efeitos do disposto no inciso I do § 1º deste artigo, consideram-se:	
		Emenda nº 2 Dê-se a seguinte redação ao inciso I do § 3º do art. 190-A, acrescido à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo art. 1º do Projeto: “Art. 190-A. § 3º
	I – dados de conexão: informações referentes à hora, à data, ao início, ao término, à duração, ao endereço de Protocolo Internet (IP) utilizado e ao terminal de origem da conexão;	I – registros de conexão: informações referentes à hora, à data, ao início, ao término, à duração, ao endereço de Protocolo de Internet – IP utilizado e ao terminal de origem da conexão;”
	II – dados cadastrais: informações referentes ao nome e endereço do assinante ou usuário registrado ou autenticado para a conexão a quem um endereço de IP, identificação de usuário ou código de acesso tenha sido atribuído no momento da conexão.	
	Art. 190-B. As informações da operação de infiltração serão encaminhadas diretamente ao juiz responsável pela autorização da medida, que zelará pelo seu sigilo.	



Quadro comparativo das Emendas da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015 (PLS nº 100, de 2010 / PL nº 1.404, de 2011 na Câmara dos Deputados)

4

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Emendas da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015 (PL nº 1.404, de 2011, na Câmara dos Deputados)
	Parágrafo único. Antes da conclusão das operações, o acesso aos autos será reservado ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia responsável pela operação, com o objetivo de garantir o sigilo das investigações.	
		Emenda nº 1 Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 190-C, acrescido à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo art. 1º do Projeto:
	Art. 190-C. O agente policial infiltrado que deixar de observar a estrita finalidade da investigação responderá pelos excessos praticados.	“ Art. 190-C. ”
	Parágrafo único. Não comete o crime o policial que oculta a sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 217-A , 218 , 218-A e 218-B do Código Penal , observado o disposto no <i>caput</i> deste artigo.	Parágrafo único. Não comete o crime o policial que oculta a sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A , 217-A , 218 , 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, observado o disposto no <i>caput</i> deste artigo.”
	Art. 190-D. Os órgãos de registro e cadastro público poderão incluir nos bancos de dados próprios, mediante procedimento sigiloso e requisição da autoridade judicial, as informações necessárias à efetividade da identidade fictícia criada.	
	Parágrafo único. O procedimento sigiloso de que trata esta Seção será numerado e tombado em livro específico.	
	Art. 190-E. Concluída a investigação, todos os atos eletrônicos praticados durante a operação deverão ser	



Quadro comparativo das Emendas da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015 (PLS nº 100, de 2010 / PL nº 1.404, de 2011 na Câmara dos Deputados)

5

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2010 (Autógrafo enviado à Câmara dos Deputados)	Emendas da Câmara dos Deputados nº 2, de 2015 (PL nº 1.404, de 2011, na Câmara dos Deputados)
	registrados, gravados, armazenados e encaminhados ao juiz e ao Ministério Público, juntamente com relatório circunstanciado.	
	Parágrafo único. Os registros de que trata o <i>caput</i> deste artigo serão reunidos em autos apartados, apensados ao processo criminal juntamente com o inquérito policial, assegurando-se a preservação da identidade do agente policial infiltrado, bem como a intimidade das crianças e adolescentes envolvidos.”	
Seção VI Da Apuração de Irregularidades em Entidade de Atendimento		
Art. 191. O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos.		
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	

